

## Partidos e coligações eleitorais no Brasil

Homero de Oliveira Costa

Jornal Zona Sul, maio de 2010

Historicamente no Brasil as coligações parlamentares tiveram início nas eleições de 1950 e vigorou até 1962. Com a ditadura militar (1964-1985) e a imposição do bipartidarismo (Arena e MDB), as coligações foram proibidas (Código Eleitoral de julho de 1965). Após a ditadura, voltaram a ser permitidas (Lei 7.454 de dezembro de 1985), e foram ratificadas nas leis eleitorais posteriores.

No campo da ciência política os estudos sobre aliança e coligações ainda se encontram em estágio incipiente. São poucos os estudos que tratam especificamente do tema. Um dos poucos estudos é a tese de doutorado de Rogério Schmitt “Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil” (IUPERJ/1999). O objetivo da tese foi o de avaliar o impacto das coligações em eleições proporcionais no Brasil sobre os sistemas partidários e eleitorais. Analisando dois períodos (1950-1962) e (1986-1994) ele mostra que os partidos se coligaram em 50% no primeiro período e 75% no segundo período, ou seja, houve um aumento das coligações no período posterior a ditadura militar. Essa tendência, ao que parece, se manteve nas eleições posteriores, ou seja, até a eleição mais recente (2008).

Uma das constatações do autor é que os pequenos partidos foram os que mais participaram de alianças e foram também os que mais se beneficiaram. É a estratégia dos pequenos partidos. Mas é inegável que interessa a todos os partidos. Diversos estudos apontam as taxas de sucesso das legendas que utilizam as coligações, que são muito maiores do que os partidos que decidem concorrer sozinhos.

Uma das conseqüências das coligações é a de que, no geral, a representação no parlamento não reflete a realidade da relação entre o percentual de votos e o percentual de vagas e prejudica os partidos que apresentam uma lista mais ampla de candidatos. Partidos que, sozinhos não conseguem eleger candidatos, se beneficiam apresentando um ou poucos candidatos dentro de

uma coligação e nem sempre os mais votados são os eleitos, o que gera evidente, uma distorção na representação.

Outro aspecto diz respeito à consistência ideológica. A análise de alianças tanto em eleições proporcionais como em eleições majoritárias, evidenciam, a meu ver, a inconsistência programática e ideológica das coligações, embora Rogério Schmitt, utilizando a clivagem proposta por Wanderley Guilherme dos Santos (no livro "Crise e castigos: partidos e generais na política brasileira" (1987) - que estabelece clivagens entre conservadores x progressistas - afirme que em torno de 1/3 do total de alianças feitas pelas legendas de cada bloco ideológico foi consistente com o modelo proposto.

O problema, a meu ver, diz respeito a esse modelo e a classificação dos blocos. Se tomarmos como exemplo a legislatura de 1995-99 houve alianças em que estavam juntos, PC do B, PDT, PMDB, PMN, PSDB e PPS (elegeu dois deputados), em outro estado, estavam juntos PC do B, PFL, PSDB, PSB, PDT, PTB, PCB e PPS. Em Minas Gerais, por exemplo, em 1994, uma coligação teve como partidos coligados PTB, PL, PSDB, PPR, PFL, PP, PSTU, PT, PPS, PSB, PV e PC do B. Com essas coligações (que variava enormemente nos estados), a questão é: que coerência programática e ideológica é possível estabelecer com esse conjunto de alianças?

Na realidade a utilização crescente (e constante) das coligações faz com que os partidos se associem de forma distinta em cada estado, levando assim a existência de lógicas partidárias distintas. Ou seja, há uma regionalização e mesmo municipalização das estratégias partidárias, ligadas a fenômenos locais da cultura política etc. Isso faz com que como mostra Jairo Nicolau (Multipartidarismo e democracia) as forças dos partidos oscilem significativamente entre os estados

A formação de coligações no Brasil, historicamente, é uma estratégia que visa maximizar os votos e tem beneficiado não apenas os pequenos partidos, como também os grandes partidos. Daí ser de interesse de todos os partidos. Os dados das pesquisas demonstram que a maior parte dos eleitos em eleições proporcionais é constituída por cadeiras que são obtidas via coligações.

No estudo de Schmitt ele mostra que os maiores distritos eleitorais são os que apresentam menores ocorrências de coligações, de qualquer forma, pelos dados apresentados pelo autor, os índices são próximos a 90%, portanto, ao que parece, não apresenta mudanças substanciais entre os maiores e menores distritos eleitorais.

No artigo “A lógica das coligações no Brasil” Aline Machado analisando as eleições de 1994 e 1998 mostra que em todos os estados, houve alianças com pelo menos um representante eleito. Em 1994, o número de cadeiras preenchidas por deputados eleitos em coligações foi de 471, equivalente a 91,8% dos 513 cadeiras da Câmara e nas eleições de 1998, o total de deputados eleitos em coligações foi de 456 (88,9%). Uma pequena diminuição em relação à 1994, mas mesmo assim, os números mostram a importância das coligações. Não disponho de dados para as eleições dos legislativos estaduais, mas creio que o percentual é aproximado.

Em síntese, as alianças e coligações são fundamentais para os partidos, no entanto, a meu ver, contribui para a fragmentação partidária, o enfraquecimento dos partidos e, essencialmente, como afirmam David Fleisher e Jeferson Dalmaro são, em última instância, de um grupo de pessoas aliadas e não de partidos (“Eleições proporcionais e os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade: um estudo sobre as alianças de 1994, 1998 e 2002 para a Câmara dos Deputados”), ou seja, a lógica é a do pragmatismo, com decisões das cúpulas partidárias, sem que seus membros e filiados opinem a respeito e não há, a meu ver, qualquer preocupação com a consistência ideológica e programática dos partidos políticos.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)